

Nacional

Educação Programa de combate ao insucesso escolar da Associação EPIS

Mediadores evitam 2270 retenções

Joana Amorim
jamorim@jn.pt

► Lançado em 2008 pela Associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social, o programa de combate ao abandono e insucesso escolar já conseguiu evitar 2270 retenções. De um total de 22 mil estudantes apoiados, cerca de 10% conseguiu transitar de ano, revela ao JN o diretor-geral da EPIS. No total, foram já investidos 46 milhões de euros.

O pontapé de saída deu-se em 2007, focado no 3.º ciclo (7.º, 8.º e 9.º anos). Foram acompanhados 5812 alunos e, desses, 879 transitaram. Em 2010 dá-se o salto para o segundo ciclo e, passados três anos, é lançado um projeto-piloto no 1.º Ciclo. Uma experiência que vai agora ga-

nhar corpo junto de 1300 crianças, dos seis aos dez anos, em 84 turmas de 47 escolas públicas.

“Todos os anos entram cerca de 100 mil alunos no 1.º ciclo e, passados dois anos, cerca de 10% chumbam”, estranha Diogo Simões Pereira. Daí a aposta da EPIS nas bases, através de um rastreio pormenorizado aos seis anos de idade e que lhes diz, logo à partida, que 10 a 15% das crianças apresentam fatores de risco, sejam sociais, de aprendizagem ou de saúde. Daí em diante é desenhado um “plano de trabalho para treinar essas zonas, cujo objetivo último é potenciar essas competências o mais rápido possível para que alinhem com os restantes” colegas, explica.

Porque, alerta o diretor-geral da



1. Fernanda Ereny já só tem positivas 2. O diretor Manuel Oliveira 3. Maria Alice Camilo, professora de Matemática, e Ricardo Soares, mediador da EPIS 4. Sara Gonçalves frequenta o 11.º ano

Reportagem Mediador consegue que 60% a 70% dos alunos apoiados passem de ano

Sonhar além das amarras do Cerco

SUCESSO ESCOLAR Há o estigma. E há o orgulho. O último é a resposta ao primeiro. Estamos na Escola do Cerco, no Porto. Naquela que, durante anos a fio, foi considerada a pior escola do país – no último ranking, num universo de 1236 ocupava o 1213 lugar no 3.º ciclo. Num agrupamento que, como sublinha o diretor Manuel Oliveira, junta 14 bairros da parte oriental da cidade, “zona depósito” de bairros e problemas sociais”, lê-se no site da escola.

“Aqui as pessoas são boas, só têm é que sonhar mais alto”. Diz-nos Ricardo Soares, antigo professor de Português e mediador da EPIS na Escola do Cerco. Fala muito de sonhos. De ir além. “Vivem aqui e acham que não vão sair daqui”. Tem 35 anos, nasceu em Arcos de Valdevez, e sempre andou por escolas problemáticas. Parou no Cerco, patrocinado pela Sonae, há qua-

tro anos. Acompanha cerca de 60 alunos do 3.º ciclo e já amparou outras tantas dezenas.

Como Sara Gonçalves, agora a frequentar o 11.º ano de Humanidades. Naquela sotaque orgulhoso do Porto, lembra “a idade estúpida”, por volta do 8.º ano. “Baldava-me um bocadinho às aulas”, explica. “O stór”, que considera “um amigo”, ajudou-a a ter método: “Agora já consigo ter o meu próprio estudo, já me consigo safar”. Sara, que quer tirar Criminologia e Desporto – “porque se um se fechar tenho outra coisa” – fala de como mudou o seu comportamento. “Se vir um miúdo a ser malcriado chamo a atenção”.

Quem vive fora dos muros do Cerco pode não perceber. Mas Maria Alice Camilo, professora de Matemática há 15 anos naquela escola, sabe bem do que se fala. É que se para muitos é importante passar à

disciplina ‘bicho papão’, para outros o chegar ao final do ano e ter um aluno a pedir licença para entrar na sala de aula é a maior vitória de todas. Aos 50 anos, na vida desta docente há o antes e o após Cerco. Quando achava “que ser bom aluno era despejar conhecimentos”. E quando viu “que esse não era o caminho”: “Tenho que olhar para como encontrei o aluno e como o tenho agora”.

Ensinar a pescar

O projeto EPIS foi fundamental nesse processo, garante. Pela partilha de “sucessos e insucessos”. “Eu sabia quando os meus alunos, como a Sara, vinham do professor Ricardo”. Pelo que não tem dúvidas: “Se este projeto desaparecesse seria uma pena porque faz milagres aqui”.

Ensino-os a pescar, explica, com humildade, Ricardo. Falamos na bi-

EPIS, “não faz sentido chumbar alunos até aos dez anos de idade”. E desmonta: “As crianças não têm consciência da punição. Não existe um efeito positivo. Pelo contrário, tem é um efeito negativo, porque desvincula-os do seu grupo de influência”.

Os principais parceiros da EPIS são as autarquias, seguindo-se o Ministério da Educação e as empresas. O processo é relativamente simples. A Associação coloca um mediador – um professor ou psicólogo com formação dada pela EPIS – nas escolas que irá depois aplicar um questionário (com perguntas sobre a escola, a família, o território) à turma. Conforme explica o mediador da Escola do Cerco (ler em baixo), é “a plataforma que diz

quem deve ser apoiado”. A partir daí é todo um trabalho feito com a comunidade educativa: alunos, professores, pais, diretores, assistentes sociais.

Ao todo, são 143 mediadores em 166 escolas de 27 concelhos do país, a que se juntam 400 voluntários. Do total investido, 12 milhões de euros foram em contexto de responsabilidade social das empresas (financiam, por exemplo, o salário do mediador EPIS). O custo estimado por “novo bom aluno”, aquele que passa de ano, anda na casa dos 3600 euros, explica Diogo Simões Pereira. E sempre com o foco nos grupos mais desfavorecidos. O sonho, esse, admite o diretor-geral da EPIS, seria “eliminar o insucesso escolar logo no final do 2.º ano”. ●

Empresas Sonae apoia Cerco desde 2007

● A Sonae é parceira do Agrupamento de Escolas do Cerco desde 2007 ao abrigo do projeto Porto de Futuro, promovido pela Câmara. Há cerca de quatro anos passou a apoiar a EPIS, concretamente o mediador Ricardo Soares que acompanha 60 alunos. Quanto à incerteza que pairava aquando da visita do JN à Escola do Cerco sobre se o grupo liderado por Paulo Azevedo manteria o apoio, a resposta veio clara: “A Sonae vai manter a parceria com o mediador EPIS”.



Colégios privados promoveram vários protestos contra a decisão do Governo

Colégios esperam decisões judiciais para dezembro

CONTRATOS Os colégios com contrato de associação aguardam decisões judiciais para dezembro. Especialmente, os dez estabelecimentos que decidiram suportar o custo das turmas cortadas pelo Ministério da Educação e que avançaram com providências cautelares, explicou ao JN Rodrigo Queirós e Melo, diretor-executivo da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP).

Hoje, realizam-se as primeiras jornadas do Movimento Defesa da Escola Ponto, em Fátima. Objetivo: relançar o debate e aprovar um plano de ação. Porque, repetindo-se o corte no final deste ano letivo, os colégios terão mesmo de fechar, garante Manuel Bento, coordenador do movimento.

A expectativa da AEEP, explicou Rodrigo Queirós e Melo, é que o juiz aprove o diferimento das providências e assim force o ME a pagar o financiamento pelas turmas que foram cortadas até à decisão da ação judicial principal. “Uma coisa será certa: no final, se perdermos, os colégios fecham. Não haverá volta a dar”, admitiu. A AEEP, insistiu, “continua absolutamente convicta de que o Ministério violou os contratos”.

Todos os processos foram transferidos para a comarca de Lisboa. Mais de 20 ações vão ser julgadas, estima Manuel Bento.

Das 370 turmas de início de ciclo que o ME cortou o financiamento, colégios e pais estão a assegurar cerca de 200. Mas essa é uma solução provisória, frisa Manuel Bento, insistindo que essa estratégia ganhou apenas tempo para os colégios. No final do ano letivo, se se repetir o mesmo corte no financiamento, esses colégios ficarão apenas com as turmas do 9.º e 12.º anos.

“Nenhuma escola sobrevive só com essas verbas”. E, nesse caso, no próximo ano letivo, a rede pública não só terá de absorver essas novas 370 turmas como as 200 que foram “autofinanciadas” pelas escolas este ano. “Estamos a fazer tudo para adiar o fecho, mas o final do próximo ano letivo pode ser mais dramático”. Se o “pior cenário” se confirmar e os colégios perderem todas as ações, cerca de mil professores e 500 funcionários serão despedidos e as escolas terão de pagar 40 milhões de euros em indemnizações, estima. Se o ME perder em tribunal, terá de reembolsar cerca de 30 milhões de euros. ALEXANDRA INÁCIO

saber mais :

Um dia de protesto

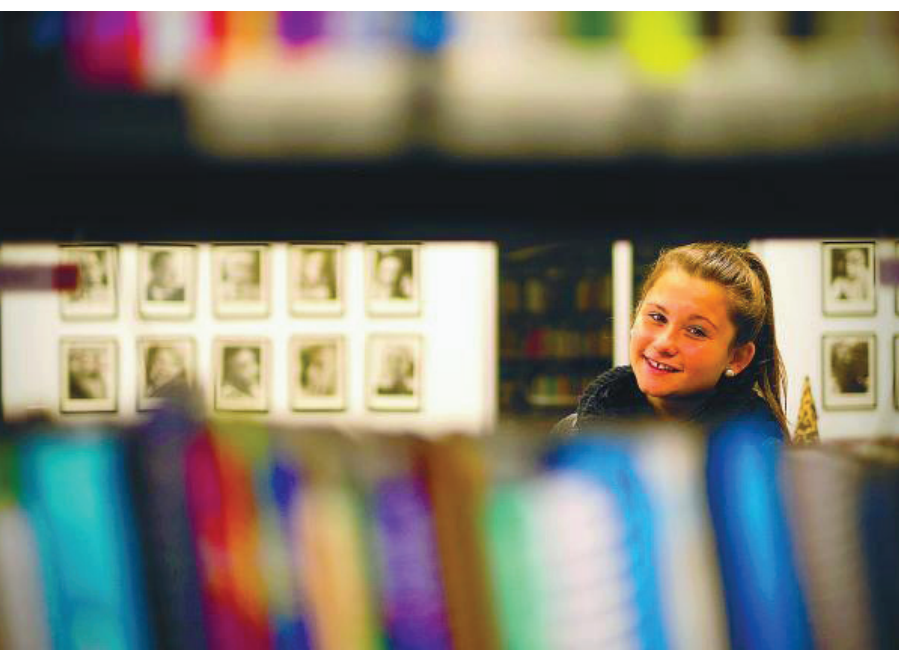
● Promover um dia nacional de Luta Amarelo e a organização de um congresso sobre liberdade da educação são duas das propostas que o Movimento em Defesa da Escola Ponto vai lançar, hoje, nas jornadas.

Dois colégios fecharam

● No arranque do ano letivo, fecharam dois colégios com contrato de associação – Ancorensis, em Caminha, e o Instituto de São Tiago, em Proença-a-Nova. Mais de 100 professores e funcionários foram despedidos, garantiu Manuel Bento.

Redução de 57%

● A decisão foi anunciada em maio pela secretária de Estado Alexandra Leitão: o ME cortou o financiamento às turmas de início de ciclo em 39 dos 79 colégios com contrato de associação. Uma redução de 57%.



FOTOS: RUI QUEIROZ, GLOBAL IMAGES

biblioteca, onde recebe os alunos que acompanha. Às 9.30 horas são já muitos os que estão a receber apoio. E alguns os que estudam sozinhos. A imagem de uma biblioteca às moscas não cabe, pura e simplesmente, naquela escola. Nem o

silêncio. Falam alto. Mas estudam.

“Com eles assino um compromisso. Um tem que ter zero negativas, outro não faltar”. Ensina-os a organizarem-se, a saberem estudar, a estarem em sociedade. “Tenho pais que têm dois empregos, como é que vão dar apoio aos filhos?”. Cerca de 60 a 70% transitam de ano. Mas sabe que não consegue “chegar a todos”. Porque os problemas vão muito para além da dificuldade de conjugar ou de multiplicar. Esses, teve que “encaminhar para a Segurança Social”.

Uma realidade dura, presa ao estigma. Que Manuel Oliveira, diretor há oito anos daquele agrupamento que soma 2176 alunos, conhece como a palma das mãos. Lembra que já são Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP) e fala da “substancial melhoria das performances internas dos

alunos”. Como Fernanda Ereny, 13 anos, filha de pai boliviano e mãe brasileira. Tímida, recorda as cinco negativas no 7.º ano que a levaram a ser sinalizada pela EPIS. Com Ricardo organizou “o estudo” e melhorou o comportamento. E os meninos do 1.º período passaram a mais ininterruptos.

Não cumprem os objetivos definidos pela tutela, mas sabem que melhoram aos poucos. Chegaram a pensar mudar de nome, atirar o estigma para longe. Mas sabem que são precisas gerações. “As parcerias têm ajudado a descolar. O agrupamento tem boa imagem externa, mas em termos regionais e nacionais o Cerco continua a ser a escola do Cerco”, sente o diretor. Sara responde. E atira para quem quiser engolir em seco: “Posso ser do bairro, mas se tiver uma postura exemplar não me podem apontar o dedo”. ●

taxa de aprovação :

74,2%

A taxa de aprovação dos 1462 alunos dos 2.º e 3.º ciclos acompanhados pela EPIS em 2015 subiu 16,9 pontos percentuais para os 74,2%. Tudo somado, são 247 novos bons alunos naqueles ciclos de ensino.